



Índice

- 01** [Ativistas vão ao Mato Grosso do Sul prestar solidariedade ao povo Guarani Kaiowá](#)
- 02** [Todas as tribos ferradas](#)
- 03** [Dilma delega acompanhamento dos índios tenharim ao Ministério da Defesa](#)
- 04** [Ensino da cultura afro-brasileira nas escolas depende de "boa vontade"](#)
- 05** [Preso acusado da morte de líder quilombola](#)
- 06** [Funasa assina contratos para obras de abastecimento de água em comunidades quilombolas](#)
- 07** [Quem quer o "conflito indígena"?](#)
- 08** [O grito dos povos indígenas no 13º Intereclesial das CEBs](#)
- 09** [Acordo apoia desenvolvimento sustentável comunidades tradicionais](#)
- 10** [Os quilombolas e o direito à justiça tributária](#)
- 11** [Nafta: Camponeses e indígenas denunciam 20 anos de destruição](#)
- 12** [Crises nas prisões e conflitos com índios viram dor de cabeça para Dilma](#)
- 13** [Rondônia tem primeiro concurso público do Brasil para professores indígenas](#)
- 14** [Terras indígenas: ameaça ministerial, por Dalmo de Abreu Dallari*](#)
- 15** [Polícia investiga morte de índio após queda de janela de hospital no RS](#)
- 16** [Começam hoje os Jogos Indígenas](#)



- 17** Caminhonete roubada é encontrada em reserva indígena
- 18** Procuradorias comprovam validade de exploração mineral entorno do Território Indígena Cinta Larga
- 19** Tenente Portela - Agroecologia e rede solidária geram renda para a comunidade indígena do Guarita
- 20** I Conferência Livre Municipal de Cultura será realizada em São Gabriel da Cachoeira
- 21** Funai exonera coordenador da regional da área de Humaitá, no AM
- 22** Educação da Bahia realiza provas neste domingo para 390 vagas
- 23** Organização sociais lançam manifesto a favor do Quilombo Rio dos Macacos
- 24** Idesp e Sema agilizam realização de CAR quilombola
- 25** Militares da Marinha serão ouvidos pelo Ministério Público sobre prisão de supostos quilombolas na Bahia
- 26** Reunião tenta resolver o conflito entre militares da Marinha e os quilombolas
- 27** Estratégias para garantir apoio aos ribeirinhos da Capital
- 28** Índios discordam de laudo da PF e culpam fazendeiros e Justiça por morte de Oziel
- 29** Primeiro clube indígena na elite de um estadual vive a expectativa da estreia
- 30** Às vésperas da passagem pela Bolívia, índios retiram ameaça de bloqueio ao Dakar: "Está garantido"
- 31** Cidadania de índios do Jaraguá é fortalecida após emissão de documentos
- 32** Cuidado - Indígenas na pista

Ativistas vão ao Mato Grosso do Sul prestar solidariedade ao povo Guarani Kaiowá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.01.2014



Por Luana Luizy, em Brigada de Solidariedade aos povos Guaraní e Kaiowá

A Brigada em Solidariedade aos indígenas Guarani Kaiowá continua sua jornada durante a visita na aldeia “Marçal de Sousa” em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, que abriga atualmente cerca de 1 mil indígenas da etnia Terena.

Os indígenas ocuparam a área cuja propriedade era da Funai, em meados da década de 90 e com resistência conseguiram reconhecimento da terra. A aldeia também abriga a 1º cacique mulher, dona Enir Terena. Os Terena lutam hoje por uma educação escolar que contemple e fortaleça sua cultura, além de direito à moradia.

A brigada objetiva também conhecer a realidade local e potencializar a luta dos indígenas no estado, onde a violência do agronegócio é bastante forte. São inúmeros os casos de assassinatos, incêndios nas terras indígenas, desaparecimento de corpos, estupro de mulheres, envenenamento das águas e da terra, abandono do Estado quanto às condições de saúde, educação e alimentação além da morte de indígenas.



Todas as tribos ferradas

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 10.01.2014

Jessé Souza*

Li um internauta criticando a questão indígena, argumentando que os índios foram largados pelos "intelectuais". E deu como exemplo a ação dos Yanomami que vieram para a cidade e ocuparam a sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SEI). Ele quis dizer: "Vejam, os índios foram largados e precisam vir protestar na cidade".

Há uma completa desinformação, de uma forma geral, sobre as organizações indígenas. O que os índios Yanomami fizeram foi tomar uma decisão firme contra uma dessas jogatinas políticas - sim, com se fosse um jogo onde os políticos tentam ficar ricos manipulando tudo. Aquele órgão vem sendo negociado por um esquema político safado.

Os índios não são mais esses silvícolas tutelados. A Constituição Federal, em seu artigo 232, garante isso: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

Vir à cidade protestar representa uma atitude que poucos "brancos" têm coragem de fazer. Enquanto muitas categorias de trabalhadores agem na covardia, os índios vão lá e mostram como se faz. Um parêntese: de parabéns estão os profissionais de enfermagem do Estado, principalmente os técnicos, que fizeram greve, acamparam em frente ao HGR e foram para a Assembleia Legislativa e o Palácio do Governo cobrar seus direitos.

Mas o que está acontecendo na questão indígena é que o governo Dilma não difere dos outros governos de direita, os quais pregam um desenvolvimento que não respeita quem não quer se enquadrar nessa forma de produzir riquezas para alimentar a ganância. Em Roraima, a saúde indígena está entregue aos mesmos esquemas que dilapidam os cofres públicos do Estado.

Como a esquerda brasileira surgida da guerrilha se tornou tão parecida com a direita corrupta e entreguista, até mesmo os que se dizem ultranacionalistas não sabem mais a quem atacar; e como precisam de inimigos, atacam um comunismo que não existe mais, que nunca existiu no mundo, a não ser um socialismo pela metade que se tornou totalitário porque, na verdade, seus líderes também só queriam mandar e acumular poder.

É ridículo ver supostos nacionalistas fazendo discursos venenosos contra o comunismo que já foi morto e enterrado. Lula e Dilma, por exemplo, são almas gêmeas da direita. Eles se completam e se amam. Dilma e o PT estão fazendo o mesmo que a direita. A ex-guerrilheira é mais uma que pensa que tem o melhor governo para o povo.

Os ultranacionalistas estão tão perdidos, mas tão perdidos, pois o PT tornou-se uma alma

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

gêmea renegada, que eles chegam até defender a volta dos militares, que por sua vez só se diferenciam dos demais governos porque foram truculentos e sanguinários.

Na verdade, índios e brancos estão ferrados da mesma forma. Quem não espernear será devorado. Nem adianta achar que Joaquim Barbosa, o espetacular negro da Justiça, vai dar jeito no Brasil. Ele é tão somente um projeto da direita com resquício de esquerda. Ou um Frankenstein da nova direita-esquerda volver.

*Jornalista

jesse@folhabv.com.br

Twitter: <http://twitter.com/JesseSouza>

Facebook: <http://www.facebook.com/jesseroraima>



Dilma delega acompanhamento dos índios tenharim ao Ministério da Defesa

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 09.01.2014

Em reunião no Palácio da Alvorada nesta-quinta-feira (9), a presidente Dilma Rousseff delegou ao ministro Celso Amorim (Defesa) o acompanhamento da situação dos índios tenharim, no sul do Amazonas.

A Folha apurou que o governo não descarta eventual intervenção do Exército na área.

A região, que fica a 130 km do município de Humaitá, está no centro das buscas da Polícia Federal por três homens desaparecidos desde 16 de dezembro.

O funcionário da Eletrobras Aldeney Salvador, o representante comercial Luciano Ferreira e o professor Stef de Souza sumiram quando passavam pela Transamazônica, em trecho que atravessa a reserva indígena.

Também participaram da audiência a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e José Eduardo Cardozo (Justiça), além do vice-presidente Michel Temer.

Ensino da cultura afro-brasileira nas escolas depende de "boa vontade"

SÍTIO PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO, 18.11.2013



Lei que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira completa 10 anos, mas aplicação da norma se restringe a educadores geralmente negros já engajados no debate

Daniele Silveira

de São Paulo (SP)

Na luta permanente contra o racismo, ao longo de 2013, os movimentos sociais estiveram nas ruas para denunciar o genocídio da população negra. Ao mesmo tempo, a constatação de que a Lei 10.639 ainda não foi implementada é um dos sintomas da falta de comprometimento dos governantes com essa parcela da população, formada por mais de 100 milhões de pessoas, segundo o IBGE.

Resultado da pressão popular, desde 2003, essa lei tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e particulares. A legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que cinco anos depois foi modificada pela Lei nº 11.645/08, incluindo a temática indígena.

Neste ano, a Lei nº 10.639 completou uma década, e o que se percebe são poucas iniciativas de aplicação da norma, tocadas por educadores geralmente negros já engajados no debate. A situação é confirmada no depoimento da professora da rede pública Adriana Moreira.

CONT.



"O que eu tenho que fazer é levar a pauta para sala de aula, pensar nos valores civilizatórios afro-brasileiros e como esses valores podem organizar o meu trabalho dentro da sala de aula, metodologia, enfim. Mas normalmente é um ou dois professores. Não tem uma disposição do coletivo de professores ou mesmo da gestão da escola em implementar a lei e tornar esse um conteúdo estruturador do currículo e do projeto político, pedagógico, da escola."

A educadora ainda avalia que a dificuldade de aplicação da lei também está relacionada à própria formação dos professores, pois cursos superiores de Licenciatura e Pedagogia ainda resistem em incorporar disciplinas sobre o tema em seus currículos. Como ressaltou Dennis de Oliveira, professor da Universidade de São Paulo (USP), em um artigo de balanço dos dez anos da lei: "Observa-se essa dificuldade em maior grau nas grandes universidades, como a USP. Revela-se aí o caráter eurocêntrico e racista hegemônico no pensamento acadêmico".

Adriana também questiona a falta de ferramentas que possam ajudar a fiscalizar a implementação efetiva da lei, como o próprio Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

"Para além disso, a Lei nº 10.639 não é um critério para avaliação do Ideb. Então, quer dizer, o Estado brasileiro pensa uma legislação, ela não dispõe recursos específicos para trabalhar com a temática e não prevê avaliação do processo. Porque o Ideb precisava ter um componente. A implementação da Lei 10.639 poderia vir a ser um dos critérios de avaliação das unidades escolares, e que infelizmente a gente ainda não viu isso", sugere.

O Ideb é calculado com base em taxas de aprovação e desempenho dos estudantes na Prova Brasil.

Teimosia paulista

Também na área da educação, a implantação das políticas de ações afirmativas está entre as principais pautas do movimento negro. Em agosto deste ano, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei de Cotas Sociais, que destina 50% das vagas em universidades e escolas técnicas federais para estudantes oriundos de escolas públicas.

Dentro dessa cota haverá a distribuição entre negros, pardos e indígenas. A divisão será feita proporcionalmente à composição da população em cada estado, tendo como apoio as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na contramão da democratização do acesso ao ensino superior, muitas universidades estaduais ainda oferecem grande resistência para a adoção de cotas, sobretudo em São Paulo. Para o professor de História e integrante da UNEafro Brasil Douglas Belchior essa postura é consequência de um projeto político.

"É um projeto do governo do estado e do governador [Geraldo] Alckmin do PSDB que são contra as cotas e a presença de pobres e negros nas universidades. Eles continuam fazendo da universidade essa ilha de exclusão."

A contraproposta de inclusão apresentada pelo governo de São Paulo no final de 2012 foi

CONT.



amplamente questionada pelo movimento negro. Alckmin defendia o Programa de Inclusão por Mérito (PIMESP), que criaria um curso intermediário entre o ensino médio e o ensino superior, chamado de "college".

Fato é que no decorrer dos anos, as universidades paulistas adotaram políticas próprias de inclusão. A USP e a Unicamp concedem aos estudantes de escolas públicas – contemplando pretos, pardos e indígenas – um bônus que é acrescido na nota final.

A Unesp implantou cotas, mas a medida foi considerada tímida pelos movimentos por ser gradual. A universidade atingirá a meta de reservar metade das vagas somente em 2018.

Diante da resistência por parte das reitorias, em junho deste ano a Frente Pró-Cotas Raciais de São Paulo apresentou na Assembleia Legislativa um modelo de Projeto de Lei que prevê nas instituições de ensino superior mantidas pelo estado (USP, Unesp, Unicamp e Fatec) a reserva de 55% das vagas para cotas.

De acordo com a proposta, 25% seriam ocupadas por negros e indígenas, 5% por pessoas com deficiência e outros 25% por estudantes formados na rede pública. A metade das vagas destinadas para a escola pública estaria condicionada a uma renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

Nas ruas

Em paralelo, nas ruas, movimentos sociais realizam a campanha estadual de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular de Cotas Raciais e Sociais para as Universidades Públicas de São Paulo.

Contrariando o histórico do governo de São Paulo na adoção de políticas afirmativas, Alckmin anunciou no começo de dezembro um projeto de lei prevendo cota racial no serviço público estadual. A proposta reserva 35% das vagas na administração direta e indireta para negros, pardos e indígenas.

Douglas avalia que a iniciativa é resultado da conjuntura política atual e da pressão popular que o movimento tem feito nos últimos anos.

"Agora ele tem um governo do PT muito próximo a ele, que é a experiência do Haddad na prefeitura. E o PT tem como característica avançar um pouco mais que o PSDB em algumas políticas de reparação especialmente nessas questões relacionadas à questão racial. E isso força ele ainda mais em um ano pré-eleitoral a ter uma resposta mais rápida. Então, não é por acaso que logo em seguida que a Dilma anuncia, o Alckmin vem seguida para fazer esse anúncio."

No início de novembro, a presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que reserva 20% das vagas do serviço público para negros. A proposta foi anunciada durante a abertura da 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III Conapir).

Foto: Reinaldo Canato/Folhapress



Preso acusado da morte de líder quilombola

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 09.01.2013

Policiais prenderam na noite desta quarta-feira (8), em Belém, Carlos Alberto Araújo da Silva, 43 anos, conhecido como "Neguinho", apontado como responsável pelo assassinato do líder quilombola Teodoro Lator de Lima, 55. O acusado foi apresentado à delegada Maria Lúcia Santos, da Divisão de Homicídios, responsável pelo inquérito do caso. Carlos está com mandado de prisão temporária de 30 dias expedido pela Justiça. Ele foi encontrado, na casa de familiares, na Passagem Margarida, bairro do Tapanã, em Belém.

Em depoimento, Carlos confirmou a briga com a vítima, mas negou ter dado a facada. Presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá, com sede em Cachoeira do Arari, no Marajó, Teodoro Lima foi morto na madrugada de 19 de agosto do ano passado, com um golpe de faca no peito. O crime teve motivações passionais, pois a vítima tinha envolvimento amoroso com a ex-companheira do acusado.

Após prestar depoimento à delegada, o preso foi transferido para o Centro de Triagem Metropolitano 2, no Complexo Penitenciário de Americano. Carlos Alberto confirmou que conviveu, por mais de quatro meses com a ex-companheira, Antônia Gomes dos Santos, 52 anos.

Na época, o crime teve ampla repercussão, já que a vítima lutava pela titulação dos quilombos na região de Cachoeira do Arari, no Marajó, e havia feito denúncias ao Ministério Público Federal nos últimos anos, sobre supostas ameaças contra quilombolas na região. Após o homicídio, a equipe policial, comandada pela delegada Maria Lúcia dos Santos, passou a investigar o fato e descobriu uma foto de Carlos Alberto. A imagem foi divulgada pela imprensa para conhecimento público.

No dia seguinte ao crime, a equipe da Divisão de Homicídios localizou Antônia, que contou em depoimento que mantinha um relacionamento amoroso com a vítima, o que reforçou que Teodoro foi morto por Carlos por causa de ciúmes. Antônia dos Santos relatou que Teodoro sempre que vinha a Belém, da ilha do Marajó, ia à sua procura no bairro da Cabanagem, pois a filha dele morava perto da casa de Antônia.

A mulher contou ainda que conheceu Carlos Alberto em maio de 2013, e que terminou o envolvimento amoroso com ele em 20 de julho. Segundo Antônia dos Santos, o fim do relacionamento ocorreu após a mulher descobrir que ele era usuário de drogas e que trabalhava como "avião" (entregador de drogas) para traficantes do bairro. Ainda segundo a mulher, Carlos não queria aceitar a separação e até teria lhe jurado de morte. Mesmo assim, Carlos insistia em reatar o relacionamento com a mulher.

Antônia disse ainda, que Teodoro teria pedido para dormir na casa dela e que ela não aceitou, pois havia se separado há pouco tempo. Mesmo assim, Teodoro insistiu e acabou indo até a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

casa de Antônia, na rua Belém. No local, conforme versão dela, os dois foram surpreendidos por Carlos Alberto, que teria entrado no imóvel, onde aguardava a chegada da mulher.

Carlos agrediu a mulher com um soco no rosto e bateu também em Teodoro. Moradores da área confirmaram aos policiais que foi Carlos o autor do crime. Segundo as testemunhas, a vítima recebeu um golpe e ainda tentou correr, mas não resistiu e morreu.

(DOL com informações da Polícia Civil)



Funasa assina contratos para obras de abastecimento de água em comunidades quilombolas

SÍTIO MSREPORTER, 09.01.2014

Duas construtoras venceram a licitação para as obras

A Fundação Nacional de Saúde no Mato Grosso do Sul (FUNASA no MS) através da Superintendência Estadual de Mato Grosso do Sul (Suest/MS), assinou, em dezembro, contratos com duas construtoras, vencedoras da licitação 25185.011.781/2013-09, para obras de sistemas de abastecimento de água em comunidades quilombolas rurais no estado.

Uma das empresas deve executar as obras do sistema de abastecimento de água de Terenos, na comunidade Ouro Branco, também conhecida como Pretos de Terenos, no valor de R\$ 174.670,87, e da Família Quintino, em Pedro Gomes, no valor de R\$ 206.585,84.

Já a outra construtora ficará responsável pelas obras na comunidade São Miguel, em Maracaju, no valor de R\$ 209.909,87.

O engenheiro responsável será Waldir Costa Silva, da Divisão de Engenharia e Saúde (Diesp) da Suest/MS. As empresas contratadas têm 120 dias para concluir os trabalhos, que em alguns casos serão de implantação e em outros, de ampliação do sistema de abastecimento de água. Todas as obras são diretas e devem beneficiar, ao todo, mais de 50 famílias.

Segundo o superintendente da FUNASA no MS, Pedro Teruel, "a assinatura dos contratos foi o primeiro passo para a melhoria do abastecimento de água nas comunidades quilombolas de Terenos, Pedro Gomes e Maracaju e um importante avanço na saúde preventiva. A FUNASA vai sempre agir de maneira a promover o desenvolvimento e elevar o nível de qualidade de vida da população."



Quem quer o "conflito indígena"?

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 09.01.2014

As propriedades invadidas, ou não, com as quais o governo Dilma pretende coroar a expansão de aldeias indígenas pelo Brasil a fora, podem ter tanta legitimidade quanto os terrenos em que estão a UCDB, os apartamentos e casas particulares dos membros do MPF, ou a sede dessa instituição estatal. Mais ainda, onde estão a sede do bispado ou a casa de cada cidadão que tem um teto sobre a cabeça.

Quando o leitor compra um terreno, uma casa, bicicleta ou fazenda, ele o faz após verificar se "os papéis" desses bens são bons e legítimos, após instâncias do Estado brasileiro conferir-lhes tal legitimidade. Após qualquer compra legítima, ninguém é obrigado a adquirir armas quaisquer ou contratar seguranças para defender seus direitos humanos ou constitucionais.

Afinal, não vivemos ainda num Estado de anarquia e cabe ao Estado brasileiro garantir o respeito às leis e aos direitos constitucionais de cada cidadão, sem discriminação étnica, econômica ou social. Que o leitor nos perdoe por palavras tão óbvias, mas não há como não trazê-las, diante do Estado de abusos que transcorre hoje em MS e outros espaços brasileiros.

Estado de abusos, quando o Ministério Público Federal consagra o conceito de "Retomada", constitucionalmente herético e apócrifo, para a justificação da violação dos mais lúdimos direitos constitucionais do cidadão, bem como para a justificação de crimes, quando praticados por indígenas e outros que os manipulam, incitando-os ao crime.

Ou estou delirante, mas a missão constitucional de defender o índio não abrange justificar e acoitar crimes praticados por índios. Abrangeria, salvo melhor juízo, impedir que entidades espúrias adentrassem nas aldeias para promover ódios, retirando do Estado a responsabilidade pela condição de vida lamentável do índio, para transformar seus vizinhos proprietários em bodes expiatórios por tal situação.

As Forças de Segurança estaduais e federais sabem o que se passa, mas até a Justiça Federal já prefere basear-se em notícias plantadas na imprensa por aqueles que manipulam e promovem o ódio nas comunidades indígenas, para tomar decisões para paralisar ações legais de defesa de interesses legítimos, da parte do produtor rural. Portanto, escolhido e definido como bode expiatório de uma política indigenista sórdida, pois tem lançado o índio em condições de vida infelizes.

O índice de criminalidade entre os índios é o dobro da comunidade em geral. Os quase trezentos assassinatos entre eles, vergonhosamente, falsamente, de modo consciente, são lançados na grande imprensa nacional e internacional, como "assassinato de índios em conflitos de terra". Entidades estatais, religiosas e para-religiosas se incumbem dessa promoção maligna contra a dignidade e a honra de nossa nação, sobretudo de MS.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

Não adianta a Secretaria de Segurança de MS trazer os esclarecimentos, de público. Continuam mentindo do mesmo jeito, pois sabem o que querem, que é provocar a marginalização das comunidades indígenas, semeando o ódio em seu seio. Impedir que essa malignidade transcorresse, através de justos esclarecimentos, não seria uma obrigação do MPF, na sua tarefa de defender o índio?

Afinal, leitor, que maldição existe para que os óbvios caminhos para a justiça e a paz não sejam encontrados? Ou o que se quer mesmo é o conflito e a marginalização, o afastamento das comunidades indígenas? Onde querem chegar, através do conflito e do ódio?

(*) Valfrido M. Chaves, psicanalista e produtor rural

O grito dos povos indígenas no 13º Intereclesial das CEBs

SÍTIO ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, 09.01.2014



Nada tem sido mais dramático para os povos indígenas que a construção de estradas em seus territórios, o avanço das fronteiras agrícolas e a mineração. Pela estrada entra o invasor, as doenças, as bebidas alcoólicas, a violência, a prostituição... Presentes no 13º Intereclesial das CEBs em Juazeiro do Norte (CE), lideranças indígenas do Brasil representados pelas etnias Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe (Bahia), Xukuru-Kariri e Jeripancó (Alagoas), Potiguara (Paraíba), Xavante (Mato Grosso), Pankararú (Pernambuco), Kassupá e Wajoro (Rondônia), Xerente (Tocantins), Nukini e Nawa (Acre), Munduruku e Tembé (Pará), Tremembé e Pitaguarí (Ceará) pedem maior agilidade na defesa de seus territórios e a preservação de suas culturas.

O evento que acontece entre os dias 7 e 11 de janeiro e tem como tema "Justiça e Profecia a serviço da Vida" e lema "CEBs romeiras do reino no campo e na cidade", reúne cerca de 4 mil pessoas de todo o Brasil e convidados do exterior. Na análise de conjuntura social e eclesial, apresentada pelo padre Manfredo Oliveira, Raquel Rigotto e Roberto Malvezzi (Gogó), na manhã desta quarta, dia 8, a demarcação, homologação e ocupação das terras indígenas aparecem como grandes desafios.

Anastásio Peralta, liderança Guarani-Kaiowá veio de Dourados (MS), juntou-se ao grupo e assim resumiu o grito dos primeiros habitantes do Brasil. "Terra não é só pra cana, para boi ou cabrito. Terra é para todos nós. Terra é mãe e mãe é pra ser cuidada e os filhos também. A natureza não é pra ser explorada, mas admirada e cuidada. Aprendemos isso dos nossos antepassados e sabemos fazer", afirmou. "Precisamos valorizar a nossa terra e a educação tradicional. A gente sabe que o agronegócio não vai servir pra ninguém por que mata de câncer. Precisamos mudar a cabeça dos nossos senadores, deputados e prefeitos", destacou.

CONT.



O cacique Valério Vera Gonçalves e sua esposa Ana Lúcia, também peregrinaram de Dourados a Juazeiro do Norte para reforçar a mesma reivindicação. "Queremos a demarcação da nossa terra. Ela é o nosso meio de sobrevivência que Deus deixou pra nós". O cacique e pajé que vive com outros 13.500 indígenas na aldeia faz uma denúncia. "Os fazendeiros estão contra nós e querem matar índios como bichos, nos empurram para a beira das estradas onde somos atropelados". Ano após ano multiplicam-se, em todo o Brasil, os acampamentos indígenas na beira das estradas. "Sentimos o apoio da Igreja que está a favor de nossa luta. Estou feliz por que este encontro das CEBs sempre lembra a demarcação das terras", destaca Valério.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), há 40 anos acompanha e apoia os povos indígenas em todo o Brasil. Essa parceria é reconhecida pelas lideranças que, com a solidariedade de outros aliados retomam suas terras e garantem a preservação de suas culturas.

Inácio Tsererureme, liderança xavante da Terra Indígena Sangradouro localizada em General Carneiro (MT), a 300 km de Cuiabá, conta que já resolveram a questão da terra em 1974 quando ela foi demarcada com uma extensão de 198 mil hectares. Inácio é pai de 11 filhos e acha importante que os indígenas estudem a própria língua. "Quanto mais sabemos escrever e ler a nossa língua, mais fácil fica fazer a tradução para a língua portuguesa e vice versa". Em Sangradouro existe uma Missão dos padres salesianos e os indígenas participam ativamente das comunidades. Para ele, as CEBs são importantes.

O jovem Raulivo Lobo dos Santos do povo Pancararu é agente administrativo numa escola na aldeia no município de Pacaratu (PE) e participa pela primeira vez de um Intereclesial das CEBs. Ele cursa matemática na Universidade Federal de Carauru e conta que, entre os pancararu, vários têm curso superior inclusive alguns são doutores e professores. "Demarcar nossas terras, melhorar a educação e saúde são as nossas principais reivindicações. Outra preocupação é preparar os jovens para a defesa das causas indígenas", relata Raulivo.

O grito dos indígenas

As lideranças e seus aliados se prepararam para participarem do 13º Intereclesial das CEBs com um encontro na comunidade da Palmerinha, em Juazeiro do Norte, nos dias 05 a 07 de janeiro.

Numa carta divulgada após esse encontro as lideranças repudiam "a postura de submissão do governo brasileiro ao agro negócio", e a política "anti-indígena do governo Dilma Rousseff sendo aquele que menos demarcou terras indígenas e o que mais avançou na restrição ou supressão dos direitos indígenas, por meio de decretos e portarias inconstitucionais: Portaria 419/2011, Portaria 303/2012, Decreto 7957/2013; PECs 215/2000, PEC 237/2013 e PEC 038/1999; PL 1610/1996 e PLP 227/2012. Todos esses instrumentos buscam inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas, reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados; e facilitar a invasão, exploração e mercantilização dos territórios indígenas e suas riquezas".

Em outro trecho a carta critica a insistência do governo, em "implementar e apoiar projetos grandiosos que agredem as comunidades indígenas, a exemplo da hidrelétricas de Belo Monte e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

do Rio Madeira, Transposição do Rio São Francisco, Ferrovia Transnordestina, Usina de Teles Pires, Usinas Nucleares em terras indígenas, monocultivos de eucaliptos, soja, cana, entre outros". Para os indígenas isso demonstra "a real posição adotada por este governo assassino e destruidor das populações tradicionais".

Além disso, o documento denuncia as perseguições e as violentas manifestações de agressão, racismo e preconceitos contra as comunidades indígenas e pede a solidariedade dos que acreditam em uma nova sociedade. "Solicitamos encarecidamente que as CEBs possam nos ajudar cumprindo sua função profética a partir da leitura do Evangelho e da prática de Jesus".

Esses e outros gritos são ouvidos com frequências durante os debates na programação do 13º Intereclesial das CEBs.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

Acordo apoia desenvolvimento sustentável comunidades tradicionais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 09.01.2014

Parceria entre Secretaria e ONU investirá R\$ 5,5 milhões para o fortalecimento de comunidades negras

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) firmaram um acordo de cooperação técnica, visando apoiar o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades negras tradicionais.

Através da parceria, serão investidos R\$ 5,5 milhões até dezembro de 2016, na realização de mapeamentos socioeconômicos participativos dos territórios tradicionais e no fortalecimento de cadeias produtivas do agroextrativismo quilombola.

As ações vão contribuir para a ampliação dos dados oficiais referentes ao segmento historicamente invisibilizado, facilitando a implementação de políticas públicas que o beneficie. No caso das comunidades tradicionais de matriz africana, são conhecidos apenas sete levantamentos realizados por instituições públicas, privadas e universidades. O resultado aponta para a existência de 7.582 casas, porém os números são parciais, visto que não abrangem todo o País.

A secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Silvany Euclênio, afirma que os índices de cadastros oficiais e mapeamentos do quilombos "estão longe do ideal". Por exemplo, apenas 450 comunidades em 257 municípios possuem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, um conjunto de documentos que abordam a história dos grupos e a ocupação do território. Enquanto isso, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico aponta que existem mais de 4 mil comunidades remanescentes de quilombos no Brasil.

Linha da pobreza

Os dados disponibilizados pelo CadÚnico mostram, ainda, que os indicadores socioeconômicos dos quilombos estão abaixo do restante da população negra e brasileira em geral. No ano de 2013, três quartos do total de famílias quilombolas cadastradas estavam abaixo da linha da pobreza.

"As ações do acordo são necessárias para combater a precariedade social e econômica que incide sobre as comunidades quilombolas e de matriz africana. A partir da cooperação com o Pnud, teremos três anos para consolidar e disponibilizar dados que vão permitir que as políticas públicas sejam dirigidas a essas áreas mais vulneráveis", destaca o Especialista em Políticas Públicas da SEPPIR, Renato Flit.

CONT.



Cadeias Produtivas

O especialista afirma que outro ponto crucial é o desenvolvimento de cadeias produtivas ligadas ao agroextrativismo, com a finalidade de agregar valor aos produtos oriundos de comunidades quilombolas. A principal estratégia é a identificação dos itens com o Selo Quilombos do Brasil, criado pela Seppir no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ).

Selo Quilombos do Brasil

O Selo Quilombos do Brasil identifica produtos oriundos de comunidades quilombolas, como verduras, legumes, polpas de frutas, laticínios e artesanato, a fim de promover maior valorização étnico-cultural e possibilitar novos espaços de comercialização.

A comunidade quilombola interessada na obtenção do Selo deve encaminhar o pedido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que tem até 60 dias para se manifestar quanto à aprovação do pedido.

A marca pode ser utilizada por agricultores familiares quilombolas (pessoas físicas) que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, cooperativas ou associações de agricultores familiares quilombolas que possuam ou não DAP e, empresas cujos produtos tenham participação relevante na agricultura familiar quilombola.

Para quem não tem DAP, quando o produto possui uma única matéria-prima, basta comprovar que, pelo menos 50% dos gastos com aquisição tem origem na agricultura familiar quilombola e, quando o produto é composto por mais de uma matéria-prima, o empreendimento deve comprovar que mais de 50% da matéria-prima principal foi adquirida da agricultura familiar quilombola.

Fonte:

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Os quilombolas e o direito à justiça tributária

SÍTIO DIHITT, 09.01.2014

Por Eleandra Koch*

Recentemente acompanhamos as polêmicas envolvendo a proposta de isenção de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) no município de São Paulo, para famílias de baixa renda. Tal política pública, que foi obstaculizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), parece estar ancorada numa visão de justiça tributária e social.

Nesse mesmo sentido, urge pensarmos sobre duas situações próximas a nós, envolvendo duas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul (RS): a Família Silva, em Porto Alegre e a Chácara das Rosas, em Canoas. Ambas as comunidades foram as duas primeiras comunidades quilombolas urbanas tituladas no Brasil, com base nos direitos assegurados pelo artigo 68 da Ação das Disposições Contrárias e Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

Essas duas comunidades quilombolas ocupam e resistem há muito tempo em suas terras, em situações de invisibilidade social. Graças à organização dessas comunidades, e à luta que travaram, conseguiram acessar o seu direito de titulação de suas terras, enquanto remanescentes de escravos. Contudo, isso não tem redundado em suficientes políticas públicas, que sejam capazes de reverter a situação de vulnerabilidade social que vivem historicamente. Esse é o caso da situação dessas comunidades em relação ao IPTU: ambas possuem injustas dívidas, com valores consideráveis, mesmo sendo comunidades que possuem Lei Municipal que as define como Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEIC).

Embora ajam compromissos dos poderes executivos municipais dos municípios de Porto Alegre e Canoas de propor aos respectivos legislativos municipais a remissão das dívidas existentes e a isenção dos tributos futuros, considerando o patrimônio cultural que elas representam, até hoje isso não se concretizou. Assim, essas comunidades estão sujeitas às restrições fiscais, que em muitos momentos se traduzem como um óbice para o acesso às políticas públicas imprescindíveis.

No caso da Família Silva, há ainda um agravante: um gravame de ampliação da João Caetano (no bairro Três Figueiras), no Plano Diretor Municipal, que se implantado dividiria o território quilombola ao meio. Ocorre que esse gravame (que é uma diretriz e não uma obrigação de fazer) foi gravado antes do reconhecimento e da titulação do território quilombola. Tal situação ocorreu numa tentativa de acordo com o mercado imobiliário que participou de várias tentativas de retirada dos moradores do quilombo, dessa nobre área urbana de Porto Alegre. Contudo, a suposta reintegração da posse dos detentores de título de domínio incidentes sobre o território quilombola, ancestralmente e historicamente ocupado, não está mais em questão, pois há um Decreto Presidencial que define como território quilombola, de interesse social, e estabelece o título definitivo, impenhorável e inalienável da área. Assim, o gravame perdeu seu sentido e viabilidade, contudo, ele ainda não foi retirado devidamente e se coloca como uma "espada" sobre o território quilombola.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

O IPTU é uma atribuição dos poder Executivo Municipal, e a ele cabe propor ao Legislativo Municipal a remissão da dívida anterior e a isenção da dívida a partir de então. Tal atitude representa uma política pública de reconhecimento de direitos fundamentais, assegurados constitucionalmente, por três razões principais: 1) essas comunidades representam um inestimável patrimônio cultural e social, 2) a subjugação política e econômica que viveram historicamente os coloca numa situação atual de fragilidade e insegurança social, 3) cabe ao Estado brasileiro, em suas diferentes esferas, reparar a dívida histórica com essas comunidades tradicionais remanescentes da escravidão no Brasil, e, bem como propiciar a integração das mesmas nas políticas de desenvolvimento econômico e social, considerando esse contexto histórico.

Esperamos que 2014 seja o ano em que os poderes executivos e legislativos de Porto Alegre e Canoas concedam a essas comunidades, que já são reconhecidas como Áreas de Interesse Cultural, o direito a essa isenção (e justiça) tributária, que no caso de Porto Alegre já é concedido a outras associações comunitárias.

*Eleandra Koch é cientista Social e possui mestrado em Sociologia pela UFRGS. Também é militante social e Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário-Habilitação. Antropologia no INCRA/RS. E-mail: eleandrars@yahoo.com.br.



Nafta: Camponeses e indígenas denunciam 20 anos de destruição

SÍTIO CUT/PE, 09.01.2014

Principal impacto do Nafta é "a produção dos homens mais ricos do mundo, e alguns dos mais pobres", ambos de condições mutuamente dependentes.

Escrito por: The Real News

Grande parte da mídia estadunidense comemora os 20 anos do Nafta, o acordo que derrubou barreiras comerciais entre o México, o Canadá e os Estados Unidos, prometendo criar empregos e crescimento econômico sustentável.

Mas outro aniversário, também de 20 anos, está recebendo menos atenção, ressalva Jaisal Noor, produtor de The Real News. Em 1º de janeiro de 1994, o levante zapatista foi lançado no estado mexicano de Chiapas, no sul do país. Camponeses maias dão depoimentos, no vídeo, sobre as advertências que os zapatistas fizeram contra a globalização liderada pelas grandes companhias, como o Nafta, e seu destino de destruição das já empobrecidas comunidades indígenas no México.

Como resposta, exigiam autonomia local e acesso à terra, saúde, alimentação, educação e trabalho, como direitos fundamentais. "Mas, 20 anos depois, enquanto a maior parte da imprensa está saudando o México como grande beneficiado pelo Nafta, a mensagem dos zapatistas está se evidenciando como verdade. Importações subsidiadas de alimentos dos EUA inundaram o México, custando o sustento de mais de dois milhões de trabalhadores mexicanos," diz o documentário.

De acordo com Esteva, na entrevista, a associação do levante zapatista com a assinatura do Nafta é clara. Em 1992, como pré-condição para a assinatura do acordo, houve uma reforma constitucional que eliminou a última proteção aos povos indígenas e aos camponeses mexicanos. "Era a possibilidade de terem terras e manterem aquela terra fora do mercado", explica.

Por causa do levante zapatista, diz Esteva, a questão indígena voltou ao topo da lista de prioridades no México. Até então, a questão havia quase desaparecido do debate político.

Além disso, sua luta trouxe propostas alternativas à globalização neoliberal já intensa à época, com a aceitação generalizada. "Os zapatistas foram um chamado à atenção. Todos os movimentos antissistêmicos hoje reconhecem isso. Eles nos dizem, você sabe, você pode dizer não, e nós podemos dizer 'basta' a este terrível prospecto de neoliberalismo."

Para Esteva, o principal impacto do Nafta é "a produção dos homens mais ricos do mundo, e alguns dos mais pobres", ambos de condições mutuamente dependentes. O ativista indica que a última estimativa revelou um terço dos mexicanos vivendo fora do país, um dos processos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

migratórios mais expressivos da história recente, com o número de pobres aumentando continuamente no próprio México.

A principal produção mexicana é o milho, mas o país importa, atualmente, um terço do milho que consome, "produzindo muito dano aos camponeses e, principalmente, para as comunidades indígenas." Por causa do Nafta, diz Esteve, o governo garantiu 50 anos de concessões de terras a companhias estrangeiras e, por isso, precisa "limpar o povo da terra". Por outro lado, é claro, o povo indígena "está resistindo à agressão e à destituição dos seus meios de subsistência, da possibilidade de viverem as suas próprias vidas."

"Isto é o Nafta, para nós. É uma situação muito real que nos trouxe o pior tipo de resultados que sofremos na nossa história," continua. "Estamos diante da possibilidade de ter o pior tipo de guerra civil, ou seja, o tipo em que você não sabe quem está lutando contra quem. Estamos em meio à miséria extrema, à violência extrema, com muitos mexicanos impossibilitados de viverem seu próprio país." (Fonte: The Real News)

Crises nas prisões e conflitos com índios viram dor de cabeça para Dilma

SÍTIO GAZETA DO POVO, 10.01.2014

Planalto tenta evitar que problemas nas penitenciárias e com grupos indígenas cresçam e afetem a imagem da presidente



O governo federal começou 2014 tendo de enfrentar duas crises que podem crescer à medida que as eleições se aproximam, com risco para a imagem da presidente Dilma Rousseff (PT): os problemas nos sistemas prisionais do Maranhão e do Rio Grande do Sul, e os conflitos com índios no Amazonas.

Embora a gestão das penitenciárias seja estadual, os dois estados que enfrentam crise nos presídios são comandados por aliados da presidente, os governadores Roseana Sarney (PMDB) e Tarso Genro

(PT). Já o caso do Amazonas tem como pano de fundo uma crescente insatisfação de grupos indígenas com as políticas federais – o que tem elevado a tensão com moradores de áreas urbanas e produtores rurais em várias regiões do país.

Sem pronunciamentos

A estratégia para não “contaminar” Dilma com a crise nas penitenciárias, principalmente nas do Maranhão, é evitar que ela fale sobre o assunto. A avaliação dos assessores presidenciais é que, diante da gravidade da situação nas prisões, Dilma não teria como fazer qualquer pronunciamento acrítico. Por isso, a determinação do governo é que caberá ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e à ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, se pronunciarem sobre os casos.

Apesar de não tratar publicamente do assunto, a presidente se reuniu com Cardozo e com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para discutir o tema. Em 2010, Dilma obteve no Maranhão sua segunda maior vitória eleitoral, com 79% dos votos no segundo turno, atrás apenas dos 80% obtidos no Amazonas (estado com conflito indígena).

Hoje, o objetivo da presidente é garantir o apoio das duas forças que deverão disputar o governo do Maranhão: o presidente da Embratur, Flávio Dino (PCdoB), e o candidato que vier a ser indicado pela família Sarney. Qualquer crítica à gestão de Roseana poderia azedar as relações com os Sarney.

Já a situação das penitenciárias do Rio Grande do Sul é, por enquanto, menos grave – mas

CONT.



potencialmente perigosa. E, nesse caso, um conflito entre presos poderia ser mais prejudicial a Dilma, pois o governador gaúcho é do PT.

Indígenas

O caso dos índios também tem sido motivo de dor de cabeça para o Planalto. Ontem, a presidente se reuniu com o vice-presidente Michel Temer e com ministros para discutir o conflito entre índios e moradores de Humaitá, no sul do Amazonas. Os conflitos na região se intensificaram no mês passado, quando três homens desapareceram ao atravessar a aldeia dos índios tenharim. Eles cobram pedágio dos não índios para cruzar a área. Revoltados, os moradores de Humaitá atearam fogo em postos de órgãos federais na reserva.

Atritos entre índios e brancos tem sido cada vez mais comuns. O estopim é a proposta do governo federal de alterar as regras de demarcação de terras indígenas – que deixaria de ser uma atribuição da Fundação Nacional do Índio (Funai) e passaria a ser de um colegiado, com a participação de vários ministros. Já o Congresso está avaliando projeto de lei para que a demarcação seja atribuição do Legislativo e não do Executivo.

Para os índios, as duas propostas atendem aos interesses dos ruralistas. Em protesto, no ano passado grupos indígenas chegaram a invadir o Congresso e tentaram ocupar o Palácio do Planalto.

Rondônia tem primeiro concurso público do Brasil para professores indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.01.2014



Edital sai ainda em janeiro e tem vagas para 14 cidades do Estado que tem 57 etnias e 87 escolas indígenas

Portal Amazônia

PORTO VELHO - O edital para o concurso público que vai contratar professores e técnicos indígenas para atuarem em aldeias indígenas de Rondônia está previsto para ser lançado no final de janeiro, segundo a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) de Rondônia. O titular da pasta, Emerson Castro, informou que esse vai ser o primeiro concurso para professores indígenas feito no País. Até então, os profissionais participavam de um processo seletivo e trabalhavam por período emergencial.

Os educadores serão destinados a 14 municípios do Estado: Alta Floresta, Cacoal, Espigão do Oeste, Extrema, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova Mamoré, Pimenta Bueno, Porto Velho, São Francisco do Guaporé, Seringueiras e Vilhena. Atualmente, 342 professores trabalham nas escolas indígenas de Rondônia.

O Estado possui 57 etnias e 87 escolas indígenas. Em 2013, 3.224 alunos indígenas estavam matriculados. A Seduc ainda não sabe o número de professores que serão contratados a partir do concurso público, mas Castro disse que os novos contratados vão suprir a necessidade desta primeira etapa, porém não elimina o déficit de professores indígenas de Rondônia. Ele

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

justificou que a quantidade de professores que serão contratados vai de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a disponibilização de profissionais. “Por que para isso nós precisamos de capacitação e os projetos neste sentido que a Seduc tem ofertado não tem tido um bom retorno”, reclamou.



Terras indígenas: ameaça ministerial, por Dalmo de Abreu Dallari*
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.01.2014

Fonte: Jornal do Brasil

Vem sendo divulgado por vários meios, sem identificação da fonte responsável, um texto referido como projeto de portaria em vias de publicação pelo Ministério da Justiça. Esse texto reproduz, com maior amplitude, evidentes e graves inconstitucionalidades que figuravam em outro texto, divulgado em 2013, que seria minuta de portaria a ser editada pela ministra da Casa Civil. Foram tantas e tão bem fundamentadas as manifestações contrárias àquele projeto, apontando, inclusive, inconstitucionalidades e ilegalidades nele constantes, que tal ameaça foi abandonada, sem que, no entanto, seus autores abandonassem a má ideia.

Com efeito, agora vem sendo renovada a ameaça, com a divulgação de um texto que, obviamente, foi elaborado pelos mesmos autores daquele anteriormente atribuído ao Ministério das Cidades. Tentando superar uma das objeções, que era a falta de competência daquele ministério, o que se anuncia agora é que as gravíssimas agressões aos direitos constitucionais dos índios e das comunidades indígenas serão impostas por meio de uma portaria do Ministério da Justiça. O novo texto, agora divulgado, contém vários absurdos jurídicos, afrontando a Constituição e a legislação vigente, o que, obviamente, não tem qualquer valor jurídico quando figurando numa portaria. Nesse novo texto foram usados vários artifícios para simular o enquadramento jurídico de supostas interferências nos procedimentos de demarcação das terras indígenas, querendo dar a aparência de legalidade de tais interferências. A par disso, esse novo texto gera um emaranhado burocrático, prevendo tantas e tais interferências nos procedimentos de demarcação que cada um deles levará muitos anos para ser concluído, consumindo grande parte dos recursos disponíveis para as demarcações, já muito atrasadas por falta de recursos e de boa vontade.

Um dos absurdos jurídicos contidos no texto de suposta portaria, agora atribuída ao Ministério da Justiça, é um dispositivo segundo o qual o processo de demarcação poderá ser iniciado atendendo a pedido de interessados. Isso deixa mais do que evidente a intenção de dar aparência de legitimidade aos invasores de terras indígenas. Eles poderão formalizar um pedido de demarcação, simulando a vontade de garantir a proteção da ocupação indígena, mas tendo por real objetivo legitimar a ocupação da parte da área indígena por eles ocupada ilegalmente. Dirão ter interesse legítimo na demarcação, alegando serem proprietários ou ocupantes legítimos da área pretendida pelos índios ou de parte dela.

Na realidade, esse pedido não tem cabimento, pois, além de estabelecer que são nulos e não produzem efeitos jurídicos os atos que tenham por objeto a ocupação de áreas indígenas, a Constituição é clara e expressa quando, no artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que «a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição», o que, como se sabe, ocorreu em 5 de outubro de 1988. A União tem a obrigação constitucional de dar início às demarcações, sem necessidade

CONT.



de qualquer pedido, sendo oportuno observar que, com base nos dados constantes dos registros da Funai e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), verificou-se que no ano de 2013, ou seja, vinte e cinco anos depois de promulgada a Constituição, tinham sido identificadas 1.046 terras indígenas, das quais apenas 363 estavam demarcadas.

Ainda como sinal evidente da má-fé que esteve presente na elaboração da suposta portaria do Ministério da Justiça, no texto divulgado está dito que quando a Funai tomar conhecimento de fundada notícia ou de indícios de terra tradicionalmente ocupada por povos indígenas, seu presidente constituirá um grupo técnico para elaboração de estudos de identificação e delimitação da terra indígena. E mais adiante a má-fé se torna gritante quando se diz, textualmente, que do grupo técnico fará parte, obrigatoriamente, «um profissional com formação superior ou técnica de nível médio na área agrônômica ou fundiária». Aí está, escancarada, a porta para a participação obrigatória do agronegócio nos procedimentos de demarcação, pois, evidentemente, a Funai não tem em seus quadros, por não haver necessidade, profissionais com tal qualificação. E o texto da suposta portaria diz que, se isso ocorrer, ou seja, a inexistência de funcionários com tal qualificação, poderão ser contratados profissionais especializados.

Não é preciso dizer mais. A denúncia do absurdo jurídico de atribuir ao Ministério da Casa Civil a competência para expedir portaria regulamentando o procedimento de demarcação de terras indígenas levou à reelaboração do texto pretendido, transferindo para o Ministério da Justiça a responsabilidade pela expedição de uma absurda portaria, que, entre outras coisas, terá como pressuposto o desconhecimento dos registros minuciosos, da Funai, do Cimi e de outras entidades, das terras tradicionalmente ocupadas por grupos indígenas existentes no território brasileiro. É necessário e urgente denunciar e divulgar amplamente essa nova tentativa, inclusive e sobretudo para alertar o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardoso, que tem uma história de procedimento rigorosamente ético e de real compromisso com o direito e a justiça. Uma portaria como a que vem sendo apregoada transformaria o Ministério da Justiça em verdadeiro e desprezível Ministério da Injustiça, afrontando gravemente o dispositivo constitucional que define o Brasil como Estado Democrático de Direito.

*Dalmo de Abreu Dallari é jurista.



Polícia investiga morte de índio após queda de janela de hospital no RS

SÍTIO G1/RS, 10.01.2014

Homem estava internado em Tenente Portela com cirrose hepática. Segundo hospital, enfermeiras encontraram ele morto no pátio.

Por Vinicius Rebello
Do G1 RS

A Polícia Civil investiga a morte de um índio ocorrida na noite de quinta-feira (9) após queda da janela de um hospital em Tenente Portela, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. O homem de 30 anos estava internado no terceiro andar do Hospital Santo Antônio com cirrose hepática e problemas pulmonares. Ele foi encontrado no pátio da instituição, após cair de uma altura de sete metros.

"Estamos investigando. Não há nada de concreto. Não sabemos se ele estava sozinho no quarto no momento da queda. Vamos ouvir funcionários do hospital e procurar por familiares que possam explicar o que de fato ocorreu", disse ao G1 a delegada Cristiane Van Riel Santos.

O Hospital Santo Antônio também busca explicações para o que ocorreu. No momento da queda, conforme a administração do hospital, todos os funcionários estavam com a atenção voltada para a entrada de pacientes feridos em um acidente entre duas motocicletas na rodovia RSC-472, que deixou dois mortos e um outro jovem gravemente ferido. Quando as enfermeiras entraram no quarto onde o índio estava internado, ele não estava mais na cama. Quando olharam pela janela, viram o corpo caído no pátio.

Ainda conforme o hospital, o estado de saúde do paciente estava sob controle. Ao dar entrada na instituição, ele teria dito a enfermeiras que não tinha familiares e que era de uma tribo indígena com aldeia na localidade de Laranjeiras, no município de Redentora.

Duas lideranças da aldeia da vítima foram até o hospital e reconheceram o corpo.



Começam hoje os Jogos Indígenas

SÍTIO SUL NEWS, 10.01.2014

Em Amambai, acontece a décima primeira edição dos Jogos da Integração Indígena (Joind).

VILSON NASCIMENTO / A GAZETA NEWS

Em Amambai, acontece a décima primeira edição dos Jogos da Integração Indígena (Joind). Idealizada pelo professor de educação física guarani-kaiowá Ismael Morel, a competição, que é promovida pelo Jovens Indígenas Guarani-Kaiowá (Jiga), com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Prefeitura de Amambai, através da Fundação de Desporto e Cultura (Fundesc).

O evento será disputado nas modalidades futsal masculino adulto, feminino e masculino infantil, queimada, basquetebol masculino, vôlei misto, arco e flecha, salto em distância, arremesso de lança e corridas de 100, 200 e 400 metros, além de revezamento de 4x100 metros e uma prova de resistência de 5 quilômetros.

MISS E MISTER INDÍGENA

Na abertura dos jogos, prevista para acontecer a partir das 19h30, na quadra de esportes da Escola Guarani Municipal, serão realizadas apresentações culturais, entre elas, o "Sambo", uma luta estilo capoeira misturada com dança.

De acordo com a organização, depois das apresentações culturais, mas ainda durante a cerimônia de abertura dos jogos, será realizado o tradicional concurso para a escolha da Miss e do Mister Indígena 2014, na aldeia Amambai.

MIL ATLETAS

Segundo a organização, as expectativas são de aproximadamente mil jovens guaranis divididos em ambos os sexos, participando dos JOIND de 2014, em Amambai.

De acordo com os organizadores, 800 desses atletas serão de aldeias indígenas de Amambai, entre elas, a própria Aldeia Amambai, a Limão Verde e a Jaguaré e mais 200 competidores vindos de aldeias de municípios da região sul do Estado, em Mato Grosso do Sul.

Segundo a organização já estariam confirmadas a participação de atletas de Dourados, Douradina, Laguna Carapã, Caarapó, Tacuru, Paranhos, Coronel Sapucaia, Antônio João e Amambai.

Fonte: A Crítica



Caminhonete roubada é encontrada em reserva indígena

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 10.01.2014

Uma caminhonete modelo F-4000 que havia sido roubada nesta quarta-feira (08), foi recuperada pela Polícia Judiciária Civil (PJC), após ser localizada dentro de uma mata fechada na reserva indígena da aldeia Tadarimana na região de Rondonópolis (212 km ao Sul de Cuiabá) . O caso aconteceu na tarde desta quinta-feira (09).

De acordo com a PJC, o cacique da aldeia informou sobre o veículo estranho na região e levou os investigadores ao local, onde trouxeram a caminhonete abandonada até a delegacia. Após checagem foi comprovado que a caminhonete havia sido roubada na noite anterior.

O caso

De acordo com a Polícia Militar (PM), o caso aconteceu a cinco pessoas da mesma família que estavam em uma residência localizada na Vila Garça Branca, município de Pedra Preta. Ainda conforme a PM, à família foi surpreendida por dois indivíduos que anunciaram o assalto da caminhonete F-4000. Todos foram levados para uma estrada que liga a Vila Nova Araçatuba e abandonados à beira da via.

O assaltante ainda disse as vítimas que ia levar a caminhonete, porque a mesma seria utilizada em um roubo de defensivos agrícolas. No veículo estavam cerca de 2,2 mil litros de óleo lubrificante.

Um membro da família só conseguiu contato policial após pegar uma carona, por volta das 03h40 da quinta-feira (09), onde avisou a autoridade policial.

Procuradorias comprovam validade de exploração mineral entorno do Território Indígena Cinta Larga

SÍTIO RONDÔNIA VIP, 10.01.2014



A Advocacia-Geral da União (AGU) impediu, na Justiça, cancelamento de autorizações de lavra ou de pesquisa mineral nas áreas próximas às reservas indígenas Roosevelt, Aripuanã, Parque do Aripuanã e Serra Morena, localizadas em Rondônia e habitadas pelos indígenas Cinta-Larga. Com a decisão, os procuradores afastaram liminar do Ministério Público Federal (MPF) que tentava suspender a atividade em um raio de 10 km em volta das terras.

Para comprovar a validade da mineração, a Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1) e a Procuradoria Federal junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (PF/DNPM) rebateram os argumentos do MPF. As unidades da AGU pediram a suspensão da decisão com urgência para evitar grave dano à exploração na área ao redor do Território Indígena (TI), que totaliza mais de 896 mil hectares.

Os procuradores informaram que em volta da Terra Indígena Cinta Larga existem 71 autorizações de pesquisa, uma de concessão de lavra e quatro permissões de lavra garimpeira. Há também 61 de requerimentos de pesquisa, 12 requerimentos de pesquisa de lavra garimpeira, 18 áreas colocadas em disponibilidade, um licenciamento e dois requerimentos de lavra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

De acordo com as procuradorias, a autarquia já havia concordado com pedido do MPF ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) de cancelar os requerimentos de pesquisa e exploração dentro das reservas. As procuradorias sustentaram que a atuação demanda segurança jurídica, sendo dever da União proteger as relações decorrentes da mineração e a máxima utilização dos recursos minerais.

As unidades alertaram que se a decisão do TRF fosse executada, resultaria na paralisação de pesquisas e lavras em andamento, que ocasionaria impactos da ordem social e econômica irreversíveis. "Os prejuízos para União advindos de uma medida dessa natureza tem valor estimado em R\$ 1,9 bilhão. E a perda não é somente financeira. O maior prejuízo é por conta da perda de credibilidade do país perante os investidores", afirmaram.

As procuradorias também ressaltaram que o processo resultou de uma interpretação indevida para aplicar o conceito da zona de amortecimento de unidades de conservação às reservas indígenas e, com isso, proibir a atividade minerária em volta das terras.

O Tribunal reconheceu a legalidade das atividades de exploração mineral entorno das reservas e determinou a suspensão da liminar. Na decisão, o magistrado que analisou o caso destacou que a legislação não proíbe a realização de atividades econômicas nessas áreas, "de modo que a analogia acabou por proibir algo que a próprias normas utilizadas como modelo não proibiram, subvertendo o sentido dessas e criando regra própria para o caso da TI dos Cinta-Larga, o que não poderia ser admitido".

A PRF 1ª Região e a PF/DNPM são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Ref.: Medida Cautelar Inominada nº 0074564-28.2013.4.01.0000 - TRF1

Fonte: AGU

Tenente Portela - Agroecologia e rede solidária geram renda para a comunidade indígena do Guarita

SÍTIO FOLHA POPULAR, 10.01.2014



Projeto com patrocínio da Petrobrás atende mais de 250 famílias

O cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade (Lima, 2008)".

A Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela (Cooperfamiliar), é uma cooperativa de produção que reúne em torno de 600 pequenos agricultores familiares e indígenas de Tenente Portela e Microrregião. Surgiu para atender a necessidade de uma organização que os representasse e atendesse de forma concreta e eficaz, já que o sistema tradicional de cooperativas da região não correspondia mais com os princípios da cooperação e os anseios dos agricultores.

A Cooperfamiliar, constituída em 30 de maio de 2001, é fruto da organização dos agricultores e da mobilização dos movimentos sociais locais. A partir das várias discussões promovidas pelas organizações sindicais, mais precisamente pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), a cooperativa foi formada com a finalidade de atender três propósitos: construir um novo modelo de gestão participativa, contribuir na organização e fortalecimento

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

da produção agroecológica e na segurança alimentar e construir canais de comercialização para os produtos dos pequenos agricultores familiares e indígenas.

A cooperativa já atua há 12 anos na região buscando desenvolver diversas ações voltadas ao desenvolvimento local e regional, focando sua ação na questão social e de geração de renda, voltada principalmente para a produção de alimentos, priorizando a questão de gênero e juventude e proporcionando ao agricultor familiar uma melhor qualidade de vida.

No ano de 2013 a cooperativa desenvolveu diversos trabalhos voltados a proporcionar ações regionais que possibilitaram grandes avanços, sendo uma das conquistas de maior destaque a aprovação junto à Petrobrás do projeto "Agroecologia e Rede Solidária de Comercialização: gerando renda para a Comunidade Indígena do Guarita".

É a segunda edição do projeto que visa dar continuidade aos trabalhos de resgate social dentro da comunidade indígena do Guarita e entorno.

O projeto atuará na Terra Indígena do Guarita atendendo 200 famílias de indígenas e 50 famílias de agricultores familiares do entorno, totalizando aproximadamente 750 pessoas atendidas.

O projeto terá duração de dois anos e conta com o patrocínio da Petrobrás, por intermédio do Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania.



I Conferência Livre Municipal de Cultura será realizada em São Gabriel da Cachoeira
SÍTIO FOIRN, 10.01.2014



Começa na próxima segunda-feira, 13/01, na Casa dos Saberes da FOIRN a I Conferência Livre de Cultura que em três dias terá no programa apresentações cultural e debates sobre a cultura, com objetivo de ao final propor e reivindicar fomento, salvaguarda e contribuição para a cultura do Rio Negro.

Apresentação de grupos musicais, oficinas, oficinas e exposições de arte e fotografia fazem parte da programação, que contará com a presença de representantes da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, Associação de Cinema e Vídeo do Amazonas e Associação Brasileira de Documentaristas Região Norte.

Durante o evento será realizado o "Mapeamento da cultura local", das comunidades e Cadastro de artistas. Segundo a professora Cristina Soares de Soares, do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, o evento também será um espaço de diálogo e reivindicação, onde poderão ser apresentadas propostas de ações a ser encabeçadas pelo Departamento de Cultura. "Os artistas, as comunidades presentes e os participantes, poderão apresentar e reivindicar, será um espaço para isso"-diz a professora.

A I Conferência Livre de Cultura que será realizado na Casa dos Saberes da FOIRN, é continuação da III Conferência Municipal de Cultura realizado em setembro do ano passado, que foi uma etapa local e depois veio a estadual e nacional. E a vinda do representante da Secretaria de Cultura do Estado, terá também como objetivo, apresentar os resultados da Conferência Nacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

Como o próprio nome diz, a Conferência será livre para todos os interessados. Jovens, crianças e idosos estão convidados. Começa no dia 13/01 e vai até 15/01, quarta-feira. O evento é uma realização da Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Cultura e com apoio dos parceiros IFAM-SGC, Foirn e outros.



Funai exonera coordenador da regional da área de Humaitá, no AM
SÍTIO G1, 10.01.2014

Região, no sul do estado, tem conflito com indígenas desde o fim de 2013. Exoneração foi publicada nesta sexta (10) no 'Diário Oficial da União'

A Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou nesta sexta-feira (10) a exoneração do coordenador da regional Madeira-AM, Ivã Gouvêa Bocchini. A regional é responsável pela região de Humaitá, no sul do Amazonas, que tem sido palco de conflitos envolvendo indígenas desde o fim de 2013. A exoneração foi publicada no "Diário Oficial da União".

Na decisão divulgada no "DOU" não constam os motivos para a exoneração.

Desde o fim de 2013, a área localizada no sul do Amazonas vive dias de instabilidade por conta de protestos violentos que já resultaram na depredação de prédios e bens públicos de órgãos relacionados a políticas públicas voltadas aos povos indígenas, além de ameaças a um grupo de indígenas que estava na cidade e ficou dias abrigado em quartel do Exército.

Postos de pedágios na Transamazônica, no trecho dentro da reserva Tenharim, também foram destruídos. Fazendeiros defendem a instalação de um posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na localidade.



Educação da Bahia realiza provas neste domingo para 390 vagas

SÍTIO CORREIOWEB, 10.01.2014

A Secretaria de Educação da Bahia realiza neste domingo (12/1) as provas objetivas e discursivas do concurso que oferta 390 vagas ao cargo de professor indígena. As avaliações terão início às 14h e duração de 4h. Para conferir o local de prova, clique aqui. O exame será composto por 54 questões, sendo 50 objetivas e quatro discursivas.

O salário do posto é de R\$ 900. Para participar é preciso ser indígena e pertencer à etnia da aldeia onde deverá exercer suas atividades, comprovada mediante declaração de sua identidade étnica indígena expedida pelo líder da comunidade (cacique da aldeia) de qual faça parte, declarado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Além disso, possuir titulação de nível médio.

As oportunidades são para os municípios de Ilhéus, Buerarema, Pau Brasil, Santa Cruz de Cabrália, Prado, Rodelas, Abaré, Glória, Banzaê, Euclides da Cunha, Ibotirama e Muquém do São Francisco. Vinte oportunidades são para deficientes. Além das etapas citadas, haverá avaliação de títulos.



Organizações sociais lançam manifesto a favor do Quilombo Rio dos Macacos

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 10.01.2014

Organizações sociais de todo o Brasil lançaram nessa quinta-feira, 09, um manifesto contra as agressões que lideranças quilombolas da comunidade Rio dos Macacos, na região metropolitana de Salvador, sofreram por parte da Marinha do Brasil. O texto lançado na internet já possui adesões de dezenas de organizações políticas de todo o Brasil. Confirmam o texto na íntegra:

Prisão de lideranças da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos pela Marinha de Guerra do Brasil foram ilegais, violentas e arbitrárias

Na tarde da última segunda-feira, dia 06 de Janeiro de 2014, no Quilombo do Rio dos Macacos, oficiais da Marinha de Guerra do Brasil mais uma vez violaram as leis da República e colocaram em risco o estado democrático de direito, praticando toda ordem de violação aos direitos humanos, com a prisão arbitrária e violenta de Rosemeire dos Santos e Ednei Messias dos Santos. Os irmãos, protagonistas da luta pelos direitos da Comunidade, membros de uma das famílias que enfrentam com coragem a Marinha de Guerra do Brasil dentro do Território quilombola de Rio dos Macacos, foram agredidos por oficiais com espancamentos, tendo Rosemeire sido arrastada pelos cabelos, na frente de duas das suas filhas, de 06 e 17 anos respectivamente, quando retornava com seu irmão Ednei, após terem saído da área do Quilombo para matricular as meninas na escola.

Na Entrada da Vila Naval, Ednei foi retirado do carro a força pela janela, e os dois foram presos e espancados, tendo Rosemeire sofrido diversos abusos – relatados na Delegacia Especial de Atendimento a Mulher – no trajeto entre a Vila Naval, onde fica o Território Quilombola de Rio dos Macacos, até a Base Naval de Aratu, distante 9 Km do território quilombola. Lá os irmãos foram submetidos a todas as formas de humilhações, abusos e torturas, sendo que fotos das filhas de Rosemeire foram subtraídas pelos oficiais e os celulares de Rosemeire e de Ednei foram esmagados, tendo todos os chips sido tomados pelos militares que os conduziram ilegalmente a Base Naval de Aratu e até então não devolvidos.

No dia seguinte, 07/01/2014, logo no início da manhã familiares chamaram o SAMU, que levou Rosemeire, para uma unidade da Assistência Básica no município de Simões Filho, que não tinha os meios para atendê-la diante da situação em que se encontrava, seguindo para o Hospital do Subúrbio em Salvador, onde realizou exames e ficou em observação durante todo o dia. Além de muita humilhação e abusos impronunciáveis, as agressões geraram uma situação de muito medo e choque para toda a Comunidade de Rio dos Macacos. Tudo isso é fruto da guerra mental imposta a Comunidade pela Marinha de Guerra do Brasil, que ignora deliberadamente as leis Brasileiras e impõe à Comunidade e a toda sociedade brasileira regras correlatas àquelas que imprimiram durante a DITADURA MILITAR.

O governo brasileiro vem, desde 2007, tratando este caso com leniência, aliado às forças

CONT.



militares para garantir a execução de grandes empreendimentos, em prol de um projeto de desenvolvimento que exclui, humilha, pilha territórios tradicionais quilombolas, indígenas, pescadores e outros Brasil afora, desafiando a sociedade brasileira e instituições nacionais e internacionais. De forma que a sanha dos militares no último dia 06 de janeiro não é caso isolado, tem ligação direta com a retomada da Comunidade pelo direito de reformar suas casas, refazer suas roças, garantir um espaço coletivo para as reuniões e ter uma entrada livre de humilhações diárias, questões que um conjunto de instituições pactuaram em audiência pública dia 23/10/2013, no Ministério Público Federal em Salvador.

Desde que o Quilombo foi ocupado pela Marinha de Guerra do Brasil em 1960, tem sido negados aos quilombolas o acesso a direitos básicos como educação, água, saneamento e energia elétrica. E para a construção da Vila Naval, em 1972, foram derrubadas 101 casas, inclusive templos sagrados de diversas nações do Candomblé, como consta no RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, elaborado pelo INCRA, que informa o tamanho do território com 301 hectares. A Marinha, contudo, quer impor a Comunidade uma área de 23 hectares, a 500 metros de distancia do território tradicional, porém a Comunidade entende que direitos humanos são inegociáveis e o seu território não é moeda em troca de migalhas sociais, seguindo na luta sem ceder às chantagens governamentais. Somos 52% da população brasileira e as migalhas que caem da mesa farta do capital, articulado com o racismo institucional não aplaca a nossa fome por justiça, liberdade e afirmação da nossa memória.

Enquanto um juiz federal sentencia processos eivados de nulidades sem nunca ter ouvido a Comunidade, os quilombolas seguem sob a ameaça e vigilância constantes de fuzileiros, comandados por oficiais frios e calculistas, que impunemente não reconhecem as mulheres, homens, crianças e idosos de Rio dos Macacos como seres humanos. Por isso, mesmo com toda violência do Estado e o silêncio de uma presidenta, que no passado foi vítima dos militares, Rio dos Macacos não desiste de seus direitos, inscritos pela justa luta dos que vivem hoje e pelo sangue dos ancestrais. Para fazer valer o disposto pela Convenção 169, artigos 215 e 216 e 68 do ADCT da CF de 1988, e pelo Decreto 4.887/2003, seguiremos na luta, pois o que o Estado Brasileiro está fazendo nesta e outras Comunidades quilombolas, através da Marinha do Brasil e de outras forças militares, é Racismo Institucional. Os direitos humanos da Comunidade quilombola Rio dos Macacos não estão em negociação.

- Pela imediata titulação dos 301 hectares do território quilombola de Rio dos Macacos
- Pela imediata construção da estrada e entrada independente que ponham fim na humilhação e desgastes entre militares e comunidades
- Pela investigação isenta e punição dos crimes de violação dos direitos humanos da Marinha de Guerra do Brasil contra os/as quilombolas de Rio dos Macacos.

Salvador – Bahia – Brasil, 08 de Janeiro de 2014.

Comunidade Quilombola Rio dos Macacos

Aderem:

CDCN – Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra da Bahia

MPP – Movimento dos Pescadores de Pescadoras

Associação dos Remanescentes de Quilombo Salamina do Putumuju;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 04 / 2014

Brasília, 10 de janeiro de 2014.

Conselho Quilombola de Maragogipe
Conselho Quilombola de Ilha de Maré
Associação dos Remanescentes de Quilombo do Boqueirão – São Francisco do Paraguau
Associação dos Remanescentes de Quilombo da Cambuta – Santo Amaro
Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Braz
Associação dos Remanescentes de Quilombo de Acupe
Associação dos Remanescentes de Quilombo Porto de D. João
Associação dos Pescadores e Pescadoras Frutos do Mar – Santo Amaro
Associação dos Pescadores e Pescadoras de Ponta de Souza – Maragogipe
Associação dos Pescadores e Moradores de Bananeiras – Ilha de Maré
Colônia de Pescadores – Z 04 – Ilha de Maré
Associação dos Pescadores de Angola – Maragogipe
AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – Salvador – BA
Quilombo Xis – Ação Cultural Comunitária
Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto
Das Lutas- Coletivo Autônomo de Mídia Sobre Resistência e Ação Política
CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT-BA
CMA HIP HOP – Comunicação, Militância e Atitude HipHop
ASSOCIAÇÃO QUILOMBO DO OROBU
NÚCLEO DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS DA UFRB
GRUPO AKOFENA
CPT Nacional
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS BAIANAS DE ACARAJE e Mingau- ABAM
ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS EM HOME CARE – ATRAHOME
MOVIMENTO DOS SEM TETOS DA BAHIA – MSTB
INTERSINDICAL
INSTITUTO PALMARES
UNIÃO DAS COSTUREIRAS DO ESTADO DA BAHIA
Centro Evaldo Macêdo de Organização Popular – CEMOP
Atitude Quilombola
Circulo Palmarino
Rede de Mulheres de Terreiros da Bahia também
Negras – Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Saúde da UFRB
CPT-BA
CPT Nacional
Movimento Negro unificado – PE
CEDENPA-Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
Forum de Juventude Negra – PE
Sociedade das Jovens Negras Feministas – PE
Movimento de Luta e Resistência Popular – PE
APROMAC – PR
TOXISPHERA – PR
Dignitatis (Assessoria Técnica Popular) – PB
Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB
PACS

CONT.



CRIOLA – RJ

GT Combate ao Racismo Ambiental

Entidades que integram o GT Combate ao Racismo Ambiental:

1. AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – Salvador – BA
2. Amigos da Terra Brasil – Porto Alegre – RS
3. ANAI – Salvador – BA
4. APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – PR
5. Associação de Moradores de Porto das Caixas (vítimas do derramamento de óleo da Ferrovia Centro Atlântica) – Itaboraí – RJ
6. Associação Socioambiental Verdemar – Cachoeira – BA
7. CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva) – Belo Horizonte – MG
8. CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará) – Belém – PA
9. CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) – São Paulo – SP
10. Central Única das Favelas (CUFA-CEARÁ) – Fortaleza – CE
11. Centro de Cultura Negra do Maranhão – São Luís – MA
12. Coordenação Nacional de Juventude Negra – Recife – PE
13. CEPEDES (Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia) – Eunápolis – BA
14. CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) Nacional
15. CPP BA – Salvador – BA
16. CPP CE – Fortaleza – CE
17. CPP Nordeste – Recife (PE, AL, SE, PB, RN)
18. CPP Norte (Paz e Bem) – Belém – PA
19. CPP Juazeiro – BA
20. CPT – Comissão Pastoral da Terra Nacional
21. CRIOLA – Rio de Janeiro – RJ
22. EKOS – Instituto para a Justiça e a Equidade – São Luís – MA
23. FAOR – Fórum da Amazônia Oriental – Belém – PA
24. FAPP-BG – Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara – RJ
25. Fase Amazônia – Belém – PA
26. Fase Nacional (Núcleo Brasil Sustentável) – Rio de Janeiro – RJ
27. FDA (Frente em Defesa da Amazônia) – Santarém – PA
28. Fórum Carajás – São Luís – MA
29. Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará – Fortaleza – CE
30. FUNAGUAS – Terezina – PI
31. GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra – São Paulo – SP
32. GPEA – Grupo Pesquisador em Educação Ambiental da UFMT – Cuiabá – MT
33. Grupo de Pesquisa da UFPB – Sustentabilidade, Impacto e Gestão Ambiental – PB
34. Grupo de Pesquisa Historicidade do Estado e do Direito: interações sociedade e meio ambiente, da UFBA – Salvador – BA
35. GT Observatório e GT Água e Meio Ambiente do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) – Belém – PA
36. IARA – Rio de Janeiro – RJ
37. Ibase – Rio de Janeiro – RJ

CONT.



38. INESC – Brasília – DF
 39. Instituto Búzios – Salvador – BA
 40. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IF Fluminense – Macaé – RJ
 41. Instituto Terramar – Fortaleza – CE
 42. ISER – Instituto de Estudos da Religião – Pedro Strozenberg – Rio de Janeiro – RJ
 43. Justiça Global
 44. Movimento Cultura de Rua (MCR) – Fortaleza – CE
 45. Movimento Popular de Saúde de Santo Amaro da Purificação (MOPS) – Santo Amaro da Purificação – BA
 46. Movimento Wangari Maathai – Salvador – BA
 47. NINJA – Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (Universidade Federal de São João del-Rei) – São João del-Rei – MG
 48. Núcleo TRAMAS (Trabalho Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade/UFC) – Fortaleza – CE
 49. Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego – Macaé – RJ
 50. Omolaiyè (Sociedade de Estudos Étnicos, Políticos, Sociais e Culturais) – Aracajú – SE
 51. ONG.GDASI – Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá – Mangaratiba – RJ
 52. Opção Brasil – São Paulo – SP
 53. Oriashé Sociedade Brasileira de Cultura e Arte Negra – São Paulo – SP
 54. Projeto Recriar – Ouro Preto – MG
 55. Rede Axé Dudu – Cuiabá – MT
 56. Rede Matogrossense de Educação Ambiental – Cuiabá – MT
 57. RENAP Ceará – Fortaleza – CE
 58. Sociedade de Melhoramentos do São Manoel – São Manoel – SP
 59. Terra de Direitos
 60. TOXISPHERA – Associação de Saúde Ambiental – PR
- Participantes individuais:
1. Ana Almeida – Salvador – BA
 2. Ana Paula Cavalcanti – Rio de Janeiro – RJ
 3. Angélica Cosenza Rodrigues – Juiz de Fora – Minas
 4. Carmela Morena Zigoni – Brasília – DF
 5. Cecília Melo – professora da UFRJ – Rio de Janeiro – RJ
 6. Cíntia Beatriz Müller – Salvador – BA
 7. Cláudio Silva – Rio de Janeiro – RJ
 8. Daniel Fonsêca – Fortaleza – CE
 9. Daniel Silvestre – Brasília – DF
 10. Danilo D’Addio Chammas – São Luiz – MA
 11. Dina Oliveira-Bry – socióloga especialista em desenvolvimento local – Ilhéus – BA
 12. Diogo Rocha – Rio de Janeiro – RJ
 13. Florival de José de Souza Filho – Aracajú – SE
 14. Igor Vitorino – Vitória – ES
 15. Janaína Tude Sevá – Rio de Janeiro – RJ
 16. Josie Rabelo – Recife – PE
 17. Juliana Souza – Rio de Janeiro – RJ
 18. Leila Santana – Juazeiro – BA

CONT.



19. Luan Gomes dos Santos de Oliveira – Natal – RN
20. Luís Cláudio Teixeira (FAOR e CIMI) Belém- PA
21. Maria do Carmo Barcellos – Cacoal – RO
22. Maria do Socorro Diógenes Pinto (Renap) – Natal – RN
23. Maurício Paixão – São Luís – MA
24. Mauricio Sebastian Berger – Córdoba, Argentina
25. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – São Carlos – SP
26. Pedro Rapozo – Manaus – AM
27. Raquel Giffoni Pinto – Volta Redonda – RJ
28. Ricardo Stanzola – São Paulo – SP
29. Ruben Siqueira – Salvador – BA
30. Rui Kureda – São Paulo – SP
31. Samuel Marques – Salvador – BA
32. Sebastião Raulino – Rio de Janeiro – RJ
33. Stéphan Bry (militante) – Ilhéus – BA
34. Tania Pacheco – Rio de Janeiro – RJ
35. Telma Monteiro – Juquitiba – SP
36. Teresa Cristina Vital de Sousa – Recife – PE
37. Tereza Ribeiro – Rio de Janeiro – RJ
38. Vânia Regina de Carvalho – Belém – PA



Idesp e Sema agilizam realização de CAR quilombola
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 10.01.2013

Representantes do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp) estiveram na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), nesta quinta-feira (9), a fim de iniciar o processo de credenciamento do instituto para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das comunidades quilombolas do Pará, com a interveniência do Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

O credenciamento é importante para agilizar o CAR em comunidades quilombolas e também para que o Idesp potencialize duas linhas de trabalho que vem desenvolvendo com comunidades quilombolas. A primeira é a elaboração dos planos que vão nortear a implementação da Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará. A segunda linha diz respeito à execução de projeto de apoio às comunidades quilombolas, financiado pela Fundação Ford (fundação internacional que combate a desigualdade social), o qual prevê a identificação, o referenciamento cartográfico, o levantamento de informações socioeconômicas e ambientais para a confecção do Atlas das Comunidades Quilombolas do Pará.



Militares da Marinha serão ouvidos pelo Ministério Público sobre prisão de supostos quilombolas na Bahia

SÍTIO TRIBUNA DA IMPRENSA, 10.01.2014

Marcelo Brandão
Agência Brasil

Brasília – Os militares da Marinha envolvidos na prisão de quilombolas, na Bahia, deverão ser ouvidos na próxima semana, em inquérito aberto pelo Ministério Público Federal (MPF) para apurar denúncia de prisão e agressão contra dois moradores de uma comunidade remanescente de quilombo. De acordo com o MPF, o fato ocorreu no Complexo Naval de Aratu, no município de Simões Filho, onde está localizada a comunidade quilombola Rio dos Macacos.

No inquérito aberto terça-feira e conduzido pelo procurador regional substituto dos Direitos do Cidadão, Edson Abdon, os irmãos Edinei Messias dos Santos e Rosimeire Messias dos Santos denunciam que foram presos e agredidos por militares, na última segunda-feira, ao passar por um portão que dá acesso à comunidade e é controlado pela Marinha.

De acordo com a organização não governamental (ONG) Justiça Global, os dois moradores da comunidade foram “espancados, humilhados e presos quando passavam pela guarita”. A prisão ocorreu à tarde e aos dois irmãos só foram liberados à noite.

COMPORTAMENTO VIOLENTO

A Defensoria Pública da União (DPU) também pediu esclarecimentos à Marinha sobre o episódio. Em nota, o Comando do 2º Distrito Naval confirmou a prisão dos irmãos, alegando ter sido motivada pelo “comportamento violento da senhora Rosimeire, que tentou, inclusive, apoderar-se da arma de um dos militares”. A Marinha informou que os dois irmãos foram soltos “após a situação ter sido controlada” e que um inquérito policial militar (IPM) será instaurado para apurar os fatos.

A comunidade Rio dos Macacos e a Marinha têm um histórico de disputas pela região. Desde 2010, membros da comunidade e da Marinha brigam na Justiça pela área conhecida como Barragem dos Macacos. Mesmo com a presença da comunidade, os militares receberam a área da União, entre os anos 1950 e 1960, e instalaram a Base Naval de Aratu.

###

NOTA DA REDAÇÃO DO BLOG – Como o comandante Antonio Santos Aquino já explicou repetidas vezes aqui no Blog, não existem quilombolas em litoral. Por óbvio, todo quilombo fica no interior, em local de difícil acesso, por abrigar escravos que fugiram das senzalas. No caso de Aratu, o que existe é uma comunidade pobre, cujos membros precisam ser indenizados pela União, com desapropriação de suas terras para uso pela Marinha. Apenas isso. (C.N.)



Reunião tenta resolver o conflito entre militares da Marinha e os quilombolas
SÍTIO TRIBUNA DA BAHIA, 10.01.2013

Durante toda a manhã da quarta-feira (8/1), o secretário estadual de Promoção da Igualdade Racial, Elias Sampaio, esteve reunido com representantes da Marinha e de instituições do Governo Federal para discutir a situação pela qual passa a comunidade quilombola Rio dos Macacos, localizada em Simões Filho.

As cerca de 70 famílias da comunidade vivem na área onde foi instalada a Base Naval de Aratu, na década de 1960, e, desde 2010, esperam a resolução de um impasse surgido após a Marinha do Brasil pedir na Justiça a desocupação da área onde elas sobrevivem da agricultura, do artesanato e da pesca desde o período de seus antepassados.

As reuniões de quarta-feira ocorreram após moradores da comunidade terem sido presos por sentinelas da Marinha durante um desentendimento entre eles na entrada da Vila Naval, único acesso para chegar à comunidade. Anterior a isto, o governo já vinha reunindo esforços para resolver o impasse judicial de forma que nenhum dos lados seja prejudicado.

Estiveram nas reuniões, ocorridas na sede da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), na Avenida Paulo VI, na Pituba, o Comandante da 2ª Base Naval de Aratu, Almirante Monteiro Dias; o Almirante Nazareth; o assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República, Silas Cardoso; o chefe de gabinete do Ministério da Defesa, Antonio Lessa; a procuradora-geral federal da Fundação Cultural Palmares, Dora Bertúlio; o representante da Advocacia Geral da União (AGU), Bruno Cardoso; o chefe de gabinete da Sepromi, Ataíde Lima; além da coordenadora executiva da Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT) da Sepromi, Teresa do Espírito Santo, e o subcoordenador Raimundo Nascimento.

Segundo o secretário Elias Sampaio, o fato ocorrido na entrada da Vila da Base Naval, em Simões Filho, foi amplamente discutido pelas autoridades presentes. O propósito é encontrar soluções para findar os conflitos, evitar futuros desentendimentos e atender as demandas mais urgentes da comunidade, algumas relacionadas a saneamento, saúde e educação.

A reunião teve como objetivo encontrar soluções a contento de todas as partes envolvidas: Marinha do Brasil e Comunidade Rio dos Macacos. "Estamos discutindo o que aconteceu e estamos organizando ações para resolver os problemas ocorridos e vividos pelos quilombolas", disse Sampaio.

Durante a semana, ocorrerão outras rodadas de reuniões até que seja encontrada a solução. Sampaio ressaltou ainda que a Sepromi dará o apoio integral à comunidade com objetivo de garantir os direitos dela. "Teremos reuniões até que consigamos encontrar uma solução a contento dos envolvidos", disse.

CONT.



Suposta agressão agravou problema

Na segunda-feira, 06 de janeiro de 2014, os irmãos Rosemeire e Ednei dos Santos, remanescentes de quilombolas, foram presos por militares da Marinha após um desentendimento na portaria da Vila da Base Naval, em Simões Filho.

Segundo os moradores da comunidade, Edinei e Rosemeire teriam sido presos injustamente quando tentavam entrar na comunidade onde moram. Eles chegaram ao local de carro e teriam se recusado a sair do veículo na portaria da Vila da Base Naval. Um dos sentinelas teria, então, partido para agressão e ordenado a prisão dos irmãos, que foram soltos na noite do mesmo dia. A Marinha do Brasil, em nota oficial, afirmou que as detenções foram motivadas por ameaças por parte de Edinei e pela tentativa de Rosemeire de tomar a arma de um dos sentinelas em serviço.

“O Comando do 2º Distrito Naval informa que, por volta das 16h00 de hoje (06), foram detidos, no tombo pertencente à União, situado no Complexo Naval de Aratu e administrado pela Marinha do Brasil, o Sr. Edinei Messias dos Santos e a Sra. Rosimeire Messias dos Santos, moradores da comunidade conhecida como Rio dos Macacos.

As detenções foram motivadas pelas ameaças proferidas pelo Sr. Edinei contra as sentinelas de serviço e em razão do comportamento violento da Sra. Rosimeire, que tentou, inclusive, apoderar-se da arma de um dos militares. Os dois foram liberados após a situação ter sido controlada.

Um Inquérito Policial Militar (IPM) será instaurado, com apoio do Ministério Público Militar, a fim de apurar o ocorrido.”

Impasse

As cerca de 70 famílias da comunidade Quilombola Rio dos Macacos, em Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador, esperam, desde 2010, a resolução de um impasse surgido após a Marinha do Brasil pedir na Justiça a desocupação da área onde elas sobrevivem da agricultura, do artesanato e da pesca.

Enquanto o impasse não é resolvido, os três níveis do governo têm trabalhado para encontrar soluções que não prejudiquem os quilombolas.

Ações têm sido desenvolvidas na comunidade e a Sepromi não tem medido esforços para dar apoio aos moradores, que têm o autoreconhecimento como quilombolas, realizado pela Fundação Cultural Palmares, por meio da portaria de Certificação 165/11, publicada no Diário Oficial da União em 4 de outubro de 2011. Um Relatório Técnico Antropológico (RTID), realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), comprova que a comunidade é remanescente de quilombolas e existe há quase 200 anos.



Estratégias para garantir apoio aos ribeirinhos da Capital

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 10.01.2014

A Prefeitura de Porto Velho define estratégias para atender a comunidade ribeirinha, caso ocorra grande cheia do Rio Madeira este ano. Ontem, quarta-feira (8), a secretária municipal de Assistência Social, Josélia Ferreira e o coordenador municipal da Defesa Civil, cel José Pimentel, reuniram-se com representantes dos demais órgãos da gestão do prefeito Mauro Nazif para explicar o “Projeto Proteger” e tratar do plano de ação.

De acordo com Josélia Ferreira, que está a frente do projeto junto com sua equipe, o Município trabalha com a hipótese de atender duas mil famílias ou mais, conforme o volume de água que atingir o Rio Madeira. “Estamos preparados, pois nosso plano estratégico já está pronto. Nesse encontro apenas definimos a forma conjunta de atuarmos em prol das famílias que precisarem de nosso auxílio, mas esperamos que não seja necessário”, enfatizou.

Josélia declarou que cada secretaria da prefeitura terá uma responsabilidade muito importante dentro do plano estratégico. Todas vão disponibilizar equipes de servidores, veículos e outros materiais que garantirão o sucesso dos trabalhos. O plano vai ser colocado em prática a qualquer hora, caso seja decretado estado de emergência ou de calamidade pública.

Além de veículos, equipes e materiais de logística, a prefeitura, através da Semas, busca locais para abrigar as famílias e também para guardar as mobílias dos que ficarem desabrigados. Também serão providenciados cobertores, colchões, alimentos, materiais de limpeza e atendimentos de saúde. “A determinação do prefeito Mauro Nazif é para prestarmos todo apoio e da melhor forma possível”, enfatizou Josélia Ferreira.

Ela garante que o Município conta com o apoio de importantes parceiros, a exemplo do Corpo de Bombeiros e do Exército Brasileiro, dentre outros, para que as famílias afetadas tenham a atenção devida. “Será uma grande soma de esforços para que tudo ocorra conforme o planejado”, comentou.

Fonte: Augusto José



Índios discordam de laudo da PF e culpam fazendeiros e Justiça por morte de Oziel
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.01.2013

Tainá Jara – Midiamax News

O Conselho Aty Guasu publicou nota, na noite desta quarta-feira (8), em que considera os fazendeiros e a Justiça Federal culpados pela morte de o índio terena Oziel Gabriel, durante processo de reintegração de posse da fazenda Buriti, em Sidrolândia, em maio de 2013. "Repudiamos a posição indignantes dos fazendeiros e da Justiça Federal, que autorizou e mandou assassinar Oziel Terena", afirma.

O posicionamento foi publicado após a divulgação, nesta quarta-feira, de laudo da Polícia Federal que não apontou culpados para a morte do índio. Além disto, os fazendeiros declararam à reportagem do Midiamax que concordavam com o parecer e que os índios foram culpados pela morte de Oziel.

O Conselho Aty Guasu repudiou a postura e pediu respeito. "É evidente que, como sempre, os fazendeiros tentam criminalizar e culpar somente indígenas, aumentando mais o ódio e injustiça contra os indígenas sobreviventes. Essa posição divulgada é mais injustiça, ameaça e atentado contra os povos indígenas", afirmam.

Além disto, eles afirmam discordar da indenização para pelo governo Federal aos proprietários das fazendas localizadas na terra indígena Buriti. "Esses fazendeiros já promoveram o extermínio de indígenas no passado e promovem o genocídio no presente. No futuro será pior, pois eles serão indenizados e recompensados pelas ações de genocídio/extermínio", acusam.

Primeiro clube indígena na elite de um estadual vive a expectativa da estreia
SÍTIO PORTAL GUANDU, 10.01.2014

Presidente do Gavião Kyikatejê, cacique Zeca Gavião lembra ascensão no Campeonato Paraense. Artilheiro promete jogar pintado contra o Paysandu



Uma pergunta simples, dez segundos de cabeça baixa e um mar de lembranças. Quando questionado sobre a sensação de presidir o primeiro clube indígena do Brasil a disputar a primeira divisão de um campeonato estadual, o cacique Zeca Gavião, presidente do Gavião Kyikatejê, não escondeu as lágrimas e revelou que o caminho percorrido desde 2009 foi árduo, mas com o final feliz que ele planejou.

Zeca disse que seu único objetivo era promover a

inclusão social pela prática do esporte, fazendo com que o povo da tribo Kyikatejê – distante cerca de 580 quilômetros de Belém – tivesse a mesma oportunidade de participar de projetos e iniciativas antes destinadas, ou pensadas, somente para outro público. O objetivo foi alcançado através do futebol, e agora ele quer ir mais longe. O presidente projetou uma campanha digna na edição 2014 do Campeonato Paraense (assista ao vídeo acima).

– Sei que não foi fácil chegar aonde chegamos por tudo que nós passamos. Queríamos realmente mostrar a inclusão social. Muitas vezes as pessoas falam em inclusão social, mas poder alcançá-la é uma dificuldade muito grande. E nós conseguimos alcançar esse objetivo. Agora vamos para mais uma batalha no campeonato, vamos fazer bonito – reiterou o presidente do Gavião, em entrevista ao repórter André Laurent, da TV Liberal.

Quando fui contratado, pensei que encontraria algo mais simples, mas cheguei e vi o pessoal bem atualizado, inclusive acessando a internet. Todo mundo aqui é muito acolhedor"

Peri, atacante do Gavião

Para chegar até a primeira divisão do Paraense, o elenco do Gavião sofreu reformulações. Hoje ele conta com 28 jogadores, e quatro ainda são de origem indígena, sendo que dois, titulares absolutos. Além do meio-campo Watiwai, o técnico Vitor Jaime tem Aru no ataque, artilheiro de porte físico avantajado. Somente nas fases preliminares do estadual, o jogador assinalou oito gols.

– Vou jogar pintado na estreia do campeonato (contra o Paysandu, no próximo domingo, dia 12). Vou usar o preto de guerra e o vermelho de força e vontade – revelou Paulo Aritana Sompri, o Aru.

CONT.



Tecnologia e costumes indígenas

Para os demais jogadores do elenco, a experiência, além de nova, tem sido surpreendente. Aos 30 anos, Peri já rodou por times como Paysandu, Boa Esporte, Campinense e Paulista, mas se mostrou surpreso com o que viu ao chegar a Bom Jesus do Tocantins, local da tribo-sede do Gavião. A tecnologia também é uma realidade por lá, bem como a prática de novos costumes.

– Quando fui contratado, pensei que encontraria algo mais simples, mas cheguei e vi o pessoal bem atualizado, inclusive acessando a internet. Todo mundo aqui é muito acolhedor. Já entrei no clima, e vamos buscar os resultados no Campeonato Paraense.

O zagueiro Max Melo disse que já começou a adotar alguns aspectos culturais dos índios.

– Já fui caçar algumas vezes. É bom e ajuda a relaxar. E ainda nos deixa bem fisicamente – garantiu o defensor.

Gavião e Paysandu se enfrentam no próximo domingo, pela abertura do Campeonato Paraense 2014. A partida será no Estádio da Curuzu, às 16h. Para este jogo, a diretoria do time de índios promete uma grande festa, com o hino nacional cantado na “língua G” e apresentação de danças e costumes indígenas.

*Com informações do repórter André Laurent, da TV Liberal, afiliada da Rede Globo no Pará

Fonte: Globo Esporte



Às vésperas da passagem pela Bolívia, índios retiram ameaça de bloqueio ao Dakar: "Está garantido"

SÍTIO GRANDE PREMIO, 10.01.2014

Dias antes da passagem de motos e quadriciclos pelo sudoeste da Bolívia, índios retiram ameaça de bloqueio. Comunidades ameaçavam barrar a passagem dos competidores usando arame farpado

As comunidades indígenas bolivianas voltaram atrás e retiraram a ameaça de bloqueio à passagem do Rali Dakar. Nos próximos dias 12 e 13 de janeiro, motos e quadriciclos cumprirão suas especiais na região sudoeste da Bolívia e os índios ameaçavam usar arame farpado para bloquear a passagem dos competidores.

Os nativos da Tierra Comunitaria de Origen (TCO) Jatun Ayllu de Tolapampa, no departamento andino de Potosí, afirmaram que não se opõem a realização do Dakar na Bolívia e nem aos projetos que beneficiam o município de Uyuni.

No fim do mês passado, Rafael Quispe, dirigente indígena afirmou que os organizadores do Dakar tinham de obter autorização do TCO, um órgão que reúne os territórios indígenas da Bolívia, para poderem realizar a especial entre Salta/Uyuni e Calama. De acordo com o dirigente, a passagem dos competidores pode causar danos ambientais à região.

Agora, Guillermo Flores, porta-voz da comunidade, declarou à emissora Bolivia TV que os índios "pedem que o governo responda suas petições, entre elas se encontra uma revisão dos danos que essa corrida causará".

"Sim, o Dakar está garantido, mas esperamos que o governo responda a petição que fizemos", afirmou Flores, defendendo que o objetivo nunca foi "deixar uma imagem ruim a nível nacional ou internacional" da região.

Vindos da Argentina, motos e quadriciclos vão passar pelos departamentos andinos de Potosí e Oruro em 12 e 13 de janeiro a caminho do Chile. Caminhões e carros, por outro lado, passam apenas por Argentina e Chile.

Cidadania de índios do Jaraguá é fortalecida após emissão de documentos

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 10.01.2014



A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para População Negra e Indígena, participou (08/01) da entrega de 250 certidões de nascimento, 200 CPFs e 85 RGs aos índios moradores de aldeias na região do Jaraguá, zona oeste da capital. O trabalho de checagem e levantamento dos dados dos indígenas teve início em maio de 2013 e foi realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na cidade de São Paulo.

"A falta de documentação estava muito crítica. Com as parcerias foi possível regularizar toda a documentação da aldeia", explicou o coordenador técnico da Funai na cidade de São Paulo, Márcio José Alvim do Nascimento, referindo-se ao trabalho realizado por programas da Secretaria da Justiça, cartórios, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Ministério Público em conjunto com a Funai.

Um dos programas da Secretaria envolvidos na ação foi o Centro de Integração da Cidadania (CIC), unidade Oeste. "O evento Sabadania realizado pelo CIC Oeste no dia 30 de novembro de 2013, disponibilizou uma série de serviços aos índios do Jaraguá", contou a assistente de coordenação de Políticas para a População Negra Indígena, Noeme Ferreira Santos, que ajudou a articular a ação com o CIC.

Os moradores da aldeia do Jaraguá contaram com ônibus reservados exclusivamente para transportá-los ao CIC, fotografia para documentos, atendimento de juízes e promotores e expedição de documentos pessoais que foram entregues na aldeia.

Nome Guarani

Com a parceria realizada, o processo de inserção do nome Guarani na certidão de nascimento dos índios foi agilizado. "As certidões de nascimento das crianças não tinha o nome em

CONT.



Guarani, a partir de resolução do Conselho Nacional de Justiça, com o apoio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, encaminhamos o Registro Administrativo de Nascimento do Índio (Rani) aos cartórios para o registro civil e retificação, para que o nome Guarani passe a constar no documento”, explicou Nascimento.

As famílias com a documentação regularizada passam a ter acesso a benefícios e programas sociais. “Antigamente, não dávamos o valor devido ao RG”, ponderou o cacique Vitor Fernandes Soares Guarani. “Hoje, entendemos a importância e a necessidade dos documentos pessoais”.

O acesso a serviços de saúde e até a viagens de ônibus era dificultado pela falta do RG e outras certidões. “O documento é importante para irmos ao hospital sem dificuldades na hora de apresentar nossos dados, para usarmos as rodoviárias quando visitarmos outras aldeias e para as mulheres conseguirem o salário maternidade”, elencou o membro da liderança da aldeia, Alisio Gabriel Tupamirim.

“A maior dificuldade era tirar a certidão de nascimento no cartório, por conta da pouca informação sobre Registro Administrativo de Nascimento do Índio. A ação ajudou nesse sentido”, enfatizou Tupamirim. “Hoje, nós conseguimos nosso registro civil com a ajuda da Funai e da Secretaria”.



Cuidado - Indígenas na pista

SÍTIO JORNAL DE BELTRÃO, 10.01.2014

Em uma de minhas últimas viagens, passando por uma reserva indígena, deparei-me com essa placa que até então não havia me chamado atenção. Na realidade, não havia percebido o preconceito que há por trás dessa aparente simples legenda. O fato de uma delas estar com o termo "indígenas" pintado de preto demonstra de forma nada sutil que a placa não os agrada muito.

Quando passamos por uma vila de colonização japonesa, existe uma placa indicando que existem orientais na pista? Ou em locais onde inclusive ainda se fala o dialeto italiano ou alemão existem placas indicando essa diferença? Então por que em relação aos índios existe essa discrepância? Parece até indicar que há uma divergência inclusive de capacidade cognitiva. Cuidado! Pois eles não sabem se cuidar. O termo "pedestres" seria muito mais viável.

A questão dos índios é recorrente em nossa história. Muitas linhas sugerem que eles deveriam passar por um processo de inclusão, ou seja, manter sua cultura de forma mais virtual e passar a fazer parte da sociedade de forma integrada. Outros pensadores indicam que as reservas e a cultura devem ser preservadas, mantendo-os inseridos na realidade de outrora. Ambas aparentemente mantêm de alguma forma a questão cultural.

Infelizmente, o que se percebe é que muitos deles se encontram marginalizados. Eles não estão exatamente na pista, como diz a placa. Estão no semáforo tentando vender arcos e flechas e pequenos machadinhos. Encontram-se de um lado de uma linha extremamente fina e delicada que os separa dos indigentes. É uma triste realidade que se tornou habitual.

Enfim, por mais que alguma atitude precise ser tomada em relação aos antigos proprietários de nosso país, o primeiro passo seria neutralizar esse preconceito velado. Compará-los a animais selvagens que poderiam invadir uma estrada é grotesco. Precisamos aprender a respeitar seu espaço e sua cultura. A partir disso, não os veremos mais na pista, e sim na sociedade.